

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório

ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º
CICLO DO ENSINO BÁSICO
D. MANUEL I
BEJA

Datas da visita: 19 e 20 de Maio de 2008

I – Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico D. Manuel I, em Beja, realizada pela equipa de avaliação que visitou esta Unidade de Gestão em 19 e 20 de Maio de 2008.

Os capítulos do relatório — caracterização da unidade de gestão, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Unidade de Gestão, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico D. Manuel I, em Beja, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE (www.ige.min-edu.pt).

Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios na Unidade de Gestão

Muito Bom — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Bom — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

Suficiente — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da Unidade de Gestão. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

Insuficiente — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - Caracterização da Escola

A Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico D. Manuel I localiza-se no centro da cidade de Beja. Criada em 1949, como Escola Industrial e Comercial de Beja, ocupou as actuais instalações em 1960. A partir do ano lectivo de 2004/2005, com a integração do 3.º Ciclo do Ensino Básico (3.º CEB), passou a ter a actual denominação. O edifício com cerca de 50 anos já não reúne as condições físicas adequadas à população escolar, nem à oferta educativa existente, apesar das frequentes obras de melhoria e de requalificação que têm tido lugar. A constatação de que as condições físicas não se coadunam com o serviço prestado, levou à necessidade da realização de uma intervenção estrutural e profunda nas instalações, obras programadas para Julho de 2008. Prevê-se a remodelação dos espaços oficinais, a construção de laboratórios, de salas de aula e de novas instalações desportivas. Estas alterações permitirão a abertura de alguns serviços, passando a comunidade escolar e a cidade a usufruir de instalações específicas com qualidade.

Estudam na Escola 135 alunos do 3.º CEB, integrados em 6 turmas. Dos 466 alunos do Ensino Secundário, 252 frequentam os cursos científico-humanísticos (CCH), constituindo 13 turmas, 199 os cursos tecnológicos e profissionais, repartidos por 12 turmas, e 15 um curso de educação e formação (CEF). Estão inscritos no ensino nocturno 301 alunos, sendo 66 do Centro Novas Oportunidade (CNO) e distribuindo-se os restantes por turmas de unidades e módulos capitalizáveis. Há ainda um grupo que frequenta um curso de educação e formação de adultos. A população estudantil é oriunda de contextos socioculturais heterogêneos, pertencendo a maioria dos alunos a famílias de nível socioeconómico médio. Cerca de 22% dos alunos (199) residem fora da de Beja, o que implica a permanência de alguns na cidade, durante a semana. A Escola é responsável pela leccionação do 3.º CEB, por unidades capitalizáveis, no Estabelecimento Prisional de Beja.

Do total de alunos do ensino diurno, 29 (4,8%) são de nacionalidade estrangeira, 78 (13%) são subsidiados pela Acção Social Escolar (ASE), 69 (11,5%) no escalão A e 9 (1,5%) no B. Estão identificados 34 (5,7%) alunos com necessidades educativas especiais (NEE), de carácter prolongado. Grande parte da população escolar (66%) possui computador e internet em casa.

O corpo docente é composto por 133 professores: 91,8% pertencem ao quadro de escola e ao quadro de zona pedagógica e 8,2% são contratados. O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) não existe como estrutura formal. As suas funções são parcialmente asseguradas por um psicólogo, a título particular e em regime de voluntariado. Os serviços especializados de apoio educativo são garantidos por uma equipa de três professores, dispondo a Escola de uma autorização especial da Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA).

O pessoal não docente, no total de 38 funcionários, inclui 27 auxiliares de acção educativa, 10 afectos aos Serviços de Administração Escolar (SAE) e uma técnica profissional à ASE.

No que concerne à formação académica dos pais e encarregados de educação (EE), constata-se que 35,7% detêm o 12.º ano, uma licenciatura ou uma formação superior complementar; 20,46% alcançaram o 3º CEB e 13,15% o 2º CEB, enquanto 14,83% integram as categorias de "outros conhecimentos" ou de "formação desconhecida".

Cerca de 10,8% exercem funções na área dos serviços e na agricultura, 19,1% nas profissões intelectuais e científicas e 12,2% como técnicos e profissionais de nível intermédio.

III - Conclusões da avaliação por domínio

1. Resultados

Suficiente

A Escola tem vindo, desde há alguns anos, a reflectir sobre os resultados académicos dos alunos, sem extrair consequências práticas, conducentes a alterações metodológicas e de planeamento, com implicações na alteração de rotinas. No presente ano lectivo, a partir da acção desenvolvida pela equipa de auto-avaliação, o sucesso dos alunos foi globalmente analisado, por disciplina, por turma e por ano, o que permitiu ao Conselho Pedagógico (CP) e à maioria dos grupos disciplinares apreciar os resultados, diagnosticando as dificuldades e definindo, de forma mais consistente e articulada, as estratégias a adoptar e os apoios a prestar.

Tendo como referência o quadro evolutivo dos resultados escolares no 3.º CEB, observa-se, em 2006/07, uma taxa elevada de conclusão no 9.º ano (93,3%), posicionando-se o 7.º ano com a mais baixa taxa de transição (65,9%). No que respeita aos exames nacionais do 9.º ano, no mesmo ano lectivo, as médias são sempre superiores às nacionais, quer em Língua Portuguesa (3,3 para 3,2) quer em Matemática (2,6 para 2,2), sendo, por outro lado, irrelevante a taxa de abandono escolar. Ainda quanto a este nível de ensino, foi considerado que os bons resultados se ficaram a dever ao trabalho realizado com esses alunos, ao longo dos três anos de escolaridade. No referente ao 7.º ano, as razões invocadas prendem-se com a mudança de ciclo de ensino e com os graus de exigência que caracterizam o funcionamento da Escola. No caso do Ensino Secundário, a média obtida no exame de Português (cód. 639), em 2007, considerando as duas fases e segundo dados fornecidos pela Escola, foi de 11,1 valores, resultado semelhante ao nacional, de 11,3 valores. Quanto à Matemática (cód. 635), tendo como referência o mesmo ano e as duas fases de realização das provas de exame, a média da Escola é inferior à nacional (9,0 para 10,6 valores). Para este desvio, foram

Escola Secundária com 3.º CEB D. Manuel I - Beja
19 a 20 de Maio de 2008

alegadas justificações relacionadas com o contexto socioeconómico e com a percentagem significativa de alunos autopropostos e de cursos nocturnos, que se inscrevem para a realização de exames na Escola.

Há a preocupação em desenvolver nos alunos competências sociais, levando-os a envolverem-se, de forma mais activa, em algumas actividades. Todavia, verifica-se que a sua participação e adesão a estas iniciativas decorrem de incentivos que, circunstancialmente, alguns professores lhes dão ou do cumprimento de tarefas integradas na Área de Projecto.

Existe por parte do corpo docente uma forte motivação, no sentido de responder às necessidades dos alunos, facto mencionado por toda a comunidade educativa. Os directores de turma são reconhecidos como parceiros privilegiados na resolução de problemas e no acompanhamento da vida escolar e, por vezes, pessoal dos alunos, contribuindo para a pouca relevância da acção disciplinar. Salienta-se a conduta dos alunos mais velhos no acolhimento e na integração dos mais novos. Não se constatou um efectivo envolvimento dos discentes na construção do novo Projecto Educativo (PE), tendo sido revelado desconhecimento do Projecto Curricular de Escola (PCE) e dos projectos curriculares de turma, no 3.º CEB. É pouco significativo o envolvimento dos alunos em actividades extracurriculares.

2. Prestação do serviço educativo

Suficiente

Têm sido feitos esforços para promover uma cultura de integração e de articulação interna na organização e na gestão da gestão curricular disciplinar e na execução de actividades e de projectos, enquadrados pelo Plano Anual de Actividades (PAA). A supervisão e o acompanhamento da actividade lectiva, em contexto de sala de aula, não estão instituídos. A monitorização do processo de ensino e de aprendizagem é feita nos conselhos de turma e nos grupos disciplinares.

A Escola assume-se como inclusiva e facilitadora de uma justa e efectiva igualdade de oportunidades e procura promover a diferenciação do ensino, atendendo às capacidades e às aptidões dos alunos. Têm sido adoptadas medidas diversificadas para a recuperação e para o acompanhamento dos alunos, através da definição de estratégias de apoio aos que revelam maiores dificuldades. Apesar de ser uma Escola de referência para alunos com NEE, o funcionamento dos serviços de apoio educativo está dependente de destacamentos anuais e da atribuição de horas pela Direcção Regional de Educação do Alentejo, por autorização especial. A inexistência de Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), havendo apenas um psicólogo que, voluntariamente, dá apoio, não permite satisfazer as necessidades.

As actividades decorrentes do desenvolvimento curricular dos diferentes cursos, as visitas de estudo, os concursos, os projectos e outras acções, incluídas no PAA, concorrem para a valorização da aprendizagem contínua, dos saberes práticos, do conhecimento profissional e para a formação integral dos alunos.

A exiguidade das instalações desportivas tem limitado a oferta, no Desporto Escolar.

3. Organização e gestão escolar

Bom

Há um planeamento, estruturado e articulado, de um modo geral, com as linhas orientadoras do Projecto Educativo, concretizado no PAA, que inclui diversas acções, identifica os seus responsáveis e destinatários e fixa a respectiva calendarização. Ao associar os indicadores de execução a cada uma das metas do PE, o Plano Anual de Actividades constitui um documento orientador da actividade a desenvolver. Não existem evidências de que os pais e encarregados de educação e o pessoal não docente tenham participado no planeamento e na elaboração dos documentos estruturantes (PE, PCE, PAA) da acção da Escola ou que tenham tomado conhecimento dos mesmos, à excepção dos seus representantes, na Assembleia e no Conselho Pedagógico. Esta situação denota que nem toda a comunidade escolar tem acesso à informação, pese embora as melhorias verificadas, em resultado da adopção do correio electrónico e da plataforma Moodle.

Alguma ausência de planeamento e de organização, articulada e interdisciplinar, não tem permitido rentabilizar as actividades extracurriculares e a Área de Projecto e potenciar o desenvolvimento de competências, no trabalho autónomo e na investigação.

A formação, realizada recentemente no Centro de Formação Professor Janeiro Acabado (CFAE), tem-se destinado, sobretudo, aos professores, cujas necessidades de formação são diagnosticadas em sede dos departamentos curriculares. A Escola tem dado resposta, no plano interno, às necessidades formativas mais prementes dos professores, consoante as áreas específicas da sua actividade, que haviam sido comunicadas ao Conselho Executivo ou ao Conselho Pedagógico. O pessoal não docente há muito que não é ouvido sobre esta matéria.

Segundo vários testemunhos, a qualidade do serviço prestado, para além das mudanças e das soluções que têm sido encontradas, ao longo dos tempos, está dependente das instalações disponíveis, que carecem de renovação e de ampliação.

O Conselho Executivo reconhece as competências profissionais e pessoais de cada um e considera-as na distribuição do serviço. A dimensão inclusiva já referida é reconhecida pela comunidade, que valoriza o trabalho desenvolvido, na integração de alunos com dificuldades e na adequação dos percursos escolares à vida activa.

4. Liderança

Bom

Existe uma liderança determinada na prossecução dos objectivos que nortearam a elaboração do Projecto Educativo e na procura da melhor resposta aos desafios nele enunciados. A concretização das metas para o próximo triénio constitui motivação para a comunidade, em geral. Para esse fim, muito tem contribuído o trabalho de colaboração entre a Assembleia, o Conselho Executivo e o Conselho Pedagógico. Este último órgão é preponderante na definição de linhas orientadoras e de estratégias comuns, ao nível da coordenação e da organização educativa. Não garante, no entanto, de forma visível, a articulação interciclos e a dinamização da melhoria das práticas interdisciplinares. A relação de interajuda, que se vem estabelecendo entre os diferentes intervenientes no processo educativo, faz com que alguns não sintam necessidade de formalizar as suas práticas, sendo disso exemplo a ausência de registos sobre a adequação das planificações aos conteúdos trabalhados.

A importância de dar resposta a parte da população escolar, com reduzidas expectativas e falta de motivação para o prosseguimento de estudos, originando a criação dos cursos profissionais e dos CEF, assim como os constrangimentos impostos pelas instalações disponíveis, justificam alguma incapacidade e falta de disponibilidade para novos projectos, com impacto positivo na prática educativa e num ensino inovador.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

Suficiente

Os resultados obtidos pela equipa de auto-avaliação, constituída no presente ano lectivo, permitiram a implementação de processos de melhoria, a partir da identificação dos “pontos conseguidos”, das “dificuldades” e de recomendações. Destas, sobressai, entre outras, uma maior responsabilização das estruturas de orientação educativa, pela promoção de trabalho colaborativo e de reflexão sobre a prática lectiva, quer no que concerne à adequação da planificação quer na concepção de materiais e de instrumentos.

Neste processo de auto-avaliação, ainda não se encontram hierarquizadas e calendarizadas as etapas de concretização dos objectivos definidos. Também não estão previstos planos de acção que, ao serem acompanhados e avaliados, pudessem suscitar questões sobre a eficácia dos processos, com vista à criação de condições propiciadoras de melhores aprendizagens e resultados escolares. Os procedimentos já desenvolvidos não tiveram efeitos substanciais na comunidade escolar, pois não deram origem a quaisquer re-orientações da acção. Tal situação deve-se, em parte, à reduzida abrangência das áreas focadas e à falta de divulgação dos resultados.

O progresso da Escola sustenta-se nas lideranças dos órgãos de administração e gestão e dos responsáveis por algumas estruturas intermédias, na função que estes desempenham junto da comunidade local e na qualidade das relações interpessoais que estabelecem. Acresce que a remodelação dos espaços escolares poderá constituir uma motivação para o incremento de outros processos organizacionais, facilitadores da participação em novos projectos e da celebração de novas parcerias.

IV – Avaliação por factor

1. Resultados

1.1 Sucesso académico

A análise dos resultados é, desde há anos, uma prática da Escola, traduzida na reflexão trimestral, pelo Conselho Pedagógico, sobre as classificações obtidas pelos alunos. No presente ano lectivo, a equipa de auto-avaliação compilou e analisou estatisticamente os resultados, por disciplina, por turma e por ano, que remeteu aos departamentos e aos grupos disciplinares. Estas estruturas apreciam, de forma mais pormenorizada e consistente, o sucesso dos alunos, diagnosticam as dificuldades e definem estratégias, com vista à melhoria, como são o reforço de aulas de apoio educativo e de preparação específica para os exames.

Em 2006/07, tendo como referência o quadro de análise da evolução das taxas de abandono e de sucesso, é no 7.º ano que se regista a taxa mais baixa de transição (65,9%), no 3.º CEB, devida, segundo a Escola, à falta de hábitos de trabalho e ao desinteresse dos alunos provenientes do 2.º CEB; no 8.º ano, esse valor é de 90,2%, sendo a taxa de conclusão do 9.º ano de 93,3%. Foi sublinhada a acção desenvolvida com os alunos que completaram o 3.º CEB, uma vez que, na transição de ciclo, as suas competências e métodos de trabalho não se ajustavam aos graus de exigência da Escola. No mesmo ano lectivo, os resultados dos exames de 9.º ano são superiores aos nacionais: em Língua Portuguesa, a média da Escola foi de 3,3 e a nacional de 3,2; em Matemática, a média foi de 2,6, superior em 0,4 pontos, à nacional. Ainda em 2006/07, as taxas de sucesso nos 10.º e 11.º anos dos cursos científico-humanísticos superaram as dos cursos profissionais e tecnológicos, em especial no 10.º ano, com valores de 74,6% e de 56,0%. Quanto ao 12.º ano, a tendência inverteu-se de 44,0% para 63,4%.

Considerando as médias dos exames nacionais, segundo dados fornecidos pela Escola, constata-se que, em 2007, na disciplina de Português (cód. 639), a classificação interna de frequência (CIF) foi de 11,7 valores, enquanto a média das classificações de exame foi de 11,1, semelhante à média nacional, de 11,3 valores. No caso da Matemática (cód. 635), a CIF foi de 11,4 valores e a média das classificações no exame foi de 9,0, inferior à nacional, de 10,6.

É opinião da Escola que, na análise dos resultados, têm que ser levados em linha de conta o contexto socioeconómico e a percentagem significativa de alunos autopropostos, assim como a dos provenientes dos cursos nocturnos, que se inscrevem para a realização daquelas provas.

1.2 Participação e desenvolvimento cívico

A participação dos alunos na vida escolar é, sobretudo, assinalada na Assembleia, órgão em que têm assento e onde a sua opinião é considerada na discussão dos diferentes assuntos e nas decisões tomadas, integrando também o Conselho Pedagógico e participando nas reuniões intercalares de conselho de turma. São também responsáveis pela Rádio, embora pouco activa, e pela organização do Baile de Carnaval e da Festa de Finalistas, em colaboração com os docentes. Salienta-se, por outro lado, o ressurgimento, no presente ano lectivo, da Associação de Estudantes, muito por iniciativa do Conselho Executivo, a qual, por ter sido constituída apenas no 2.º período, não apresentou, por enquanto, um plano de acção nem um projecto mobilizador, em torno de objectivos e de actividades comuns.

Os alunos não colaboraram na elaboração do novo Projecto Educativo e desconhecem o Projecto Curricular de Escola e os Projectos Curriculares de Turma, no 3.º CEB. O envolvimento dos alunos nas actividades extracurriculares é reduzido, quer nos clubes quer nas actividades de Desporto Escolar.

A fim de fomentar a participação dos alunos na comunidade e de promover o seu espírito de solidariedade, têm existido iniciativas como a angariação de produtos para o Banco Alimentar Contra a Fome e para a Cáritas, a recolha de livros e de brinquedos para Moçambique, para Timor e para a Casa do Estudante, em Beja. Nesta área, sublinha-se o papel dos alunos mais velhos na integração dos que entram no 3.º CEB.

1.3 Comportamento e disciplina

Há um bom relacionamento entre discentes, docentes e funcionários, contribuindo, para isso, o acompanhamento regular pelos Directores de Turma e a sua acção na gestão de conflitos, estes ainda que pontuais. Com vista à prevenção de situações de indisciplina (não houve qualquer processo disciplinar no presente ano), é entregue aos alunos dos 7.º e 10.º anos e respectivos EE, no início do ano lectivo, uma brochura contendo as normas de conduta, insertas no Regulamento Interno. O Conselho Executivo tem promovido, também, reuniões de assembleia de delegados de turma, com o objectivo de reflectir sobre aquelas normas.

Para melhorar as relações entre todos e evitar casos de indisciplina, é preocupação da Escola comprometer as famílias no processo educativo dos seus educandos, envolvendo a Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE). Esta foi solicitada a colaborar na formação específica, face à existência de comportamentos menos adequados, associados a quadros familiares disfuncionais, procurando-se, por esta via, melhorar a comunicação entre pais e filhos.

1.4 Valorização e impacto das aprendizagens

Existe uma clara motivação do corpo docente, no sentido de reforçar competências e potenciar os conhecimentos dos alunos, havendo satisfação pelos resultados obtidos e pelo reconhecimento por estes alcançado, na comunidade escolar, designadamente quanto aos dos cursos profissionais e dos CEF. As competências técnicas adquiridas têm vindo a ser valorizadas pelo tecido empresarial do concelho, que, junto da Escola, se oferece para colaborar na concretização de estágios profissionais. São várias as situações em que se tem verificado a integração dos estagiários nas empresas.

Realça-se, também, o agrado da generalidade dos pais, no que diz respeito ao percurso escolar dos alunos do CEF e consequentes resultados alcançados. Ao nível do 3.º CEB, os pais, mais participativos e actantes, assumem, de forma afirmativa, o seu agrado pelo trabalho, apoio e acompanhamento contínuo, prestado pela globalidade dos professores aos alunos.

2. Prestação do serviço educativo

2.1 Articulação e sequencialidade

A Escola vem desenvolvendo esforços para promover uma cultura de integração e de articulação interna, a vários e diferentes níveis: em conselhos de delegados de grupo disciplinar, em conselhos de grupo disciplinar e em conselhos de secção, por ano e por disciplina. Nestas estruturas, é feito o planeamento didáctico, a avaliação das tarefas, a partilha de experiências e de materiais, a definição de critérios de avaliação e a construção de matrizes e de testes. A

articulação interdisciplinar e interdepartamental concretiza-se, apenas, na elaboração de testes diagnóstico, no 10.º ano, envolvendo os professores de Biologia, de Física e de Matemática, e é complementada pela dinamização de projectos comuns e de actividades do PAA. Acrescem acções, de carácter pontual, como visitas de estudo, organizadas por docentes de diferentes disciplinas, e o tratamento e a leccionação conjunta de alguns conteúdos programáticos.

A sequencialidade curricular é assegurada, dos 7.º ao 12.º anos, sempre que possível, pela continuidade da equipa pedagógica, critério que se estende ao exercício do cargo de Director de Turma. Para além da divulgação da oferta educativa da Escola, em sessões realizadas nas EB 2,3 da região, não há trabalho de articulação curricular entre os 2.º e 3.º CEB, para aferição das competências, pré-requisitos para os ciclos subsequentes.

2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

A supervisão e o acompanhamento da actividade lectiva, em contexto de sala de aula, não estão instituídos. A monitorização do processo de ensino e de aprendizagem realiza-se nos conselhos de turma e nos grupos disciplinares. É nos cursos profissionais e de educação e formação que se realiza um trabalho conjunto, mais visível no planeamento e na articulação curricular, através da (re)definição de estratégias de acção.

No presente ano lectivo, vários docentes frequentaram acções de formação no CFAE, em domínios como o da avaliação em Matemática, da avaliação das NEE, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e das Bibliotecas Escolares. A Escola promoveu, também, formação sobre NEE, “Suporte Básico de Vida” e sobre a utilização dos quadros interactivos e da plataforma Moodle. A confiança na avaliação e nos resultados dos alunos é garantida pela aplicação dos respectivos critérios, por disciplina, assim como pela existência de matrizes comuns para a elaboração dos testes, em alguns grupos disciplinares, e pela auto e hetero-avaliação dos alunos, no final de cada período.

2.3 Diferenciação e apoios

A Escola procura incentivar a diferenciação do ensino, atendendo às capacidades e às aptidões dos alunos. Em sede de conselho de turma, são definidas as estratégias mais adequadas (planos de recuperação ou de acompanhamento e a programação do apoio a alunos com dificuldades). As modalidades englobam: programas de tutoria, aulas de recuperação, actividades de compensação e o ensino específico de Língua Portuguesa a estrangeiros. No ano lectivo de 2006/07, 108 alunos tiveram apoios, nas disciplinas de Português, Matemática, Inglês, Física/Química e Biologia/Geologia, com uma taxa de sucesso na ordem de 51%. Estes apoios são atribuídos, preferencialmente, ao professor da disciplina/turma.

Embora seja uma Escola de referência para alunos com NEE, os serviços de apoio educativo não se encontram constituídos de forma autónoma, sendo uma extensão da EB 2,3 de Santiago Maior. Este núcleo funciona com uma autorização especial da DREA e é constituído por três docentes – dois especializados em educação especial e um de Filosofia, com formação em Psicologia Clínica –, desenvolvendo a sua acção no apoio aos alunos com NEE e na orientação educativa. Sendo o SPO inexistente, a Escola conta, há vários anos, com a colaboração de um psicólogo, que, em regime de voluntariado, tem vindo a colaborar no âmbito da avaliação psicológica, do aconselhamento e do apoio e orientação vocacional. Por insuficiência de tempo, estas actividades acontecem, sobretudo, na turma de CEF, ficando, no entanto, aquém das necessidades, designadamente no 9.º ano. No seu trabalho, a equipa articula com várias entidades, salientando-se o Centro de Saúde, o Departamento de Psicologia e Psiquiatria do Hospital de Beja e a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (CERCI de Beja). No presente ano lectivo, encontram-se sinalizados 9 alunos do Ensino Básico e 25 do Ensino Secundário.

A Unidade de Transição para a Vida Activa, a funcionar nas instalações escolares, implicando o acompanhamento de uma turma de percursos escolares alternativos, é reveladora da insuficiência de recursos humanos nesta área. Esses alunos têm um currículo escolar básico e formação, em contexto de trabalho, em estágios, apoiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e por outras instituições, como o Centro de Paralisia Cerebral e a CERCI de Beja. De forma a maximizar a resposta a esses alunos, o corpo docente das turmas que incluem alunos com NEE recebe formação, da responsabilidade de técnicos especializados, em particular, sobre epilepsia, dislexia, hiperactividade e défice de atenção.

2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem

As actividades decorrentes do desenvolvimento curricular dos cursos profissionais, tecnológicos e de educação e formação, as visitas de estudo a empresas, a realização de palestras sobre diferentes profissões e as acções no âmbito do Projecto de Educação para o Empreendedorismo concorrem para a valorização dos saberes práticos e do conhecimento profissional. Neste domínio, importa sublinhar que a Escola foi das primeiras a tomar a iniciativa da abertura de cursos profissionais. Embora tenham acarretado mudanças importantes na concepção dos horários e na disponibilização de espaços, constituíram um factor importante na valorização do trabalho junto da comunidade. Tem sido relevado, também, o conhecimento científico e inculcada nos alunos a importância da aprendizagem contínua. Para

o efeito, aderiu a diferentes iniciativas, como as aulas com grupos de voluntários de nacionalidade americana, “Global Volunteers”, as Olimpíadas da Matemática, de Informática e do Ambiente, e as conferências e os debates. A falta de instalações para a prática desportiva tem limitado a oferta no Desporto Escolar, que, presentemente, se resume a um grupo-equipa de voleibol. Quanto à dimensão artística, são de referenciar apenas a Oficina de Teatro, as visitas de estudo a museus e a exposições e a participação em concursos de poesia e de leitura. As práticas laboratoriais decorrem, com regularidade, na actividade lectiva, sobretudo no Ensino Secundário, estimulando a aprendizagem das ciências.

3. Organização e gestão escolar

3.1 Conceção, planeamento e desenvolvimento da actividade

O Projecto Educativo, elaborado para 2007/10, resultou de um compromisso entre o Conselho Executivo e os membros do Conselho Pedagógico e da Assembleia. São identificadas as necessidades e as insuficiências da Escola, os objectivos gerais e as metas a atingir. Para o presente ano, o Plano Anual de Actividades assinala os indicadores de execução correspondentes a cada uma das metas definidas no PE. Por sua vez, o Projecto Curricular de Escola, embora apresente a oferta educativa e os respectivos planos de estudo, para além de orientações, muito vagas, para as áreas curriculares não disciplinares, carece de grelhas de articulação de competências, por ciclo de estudos, da especificação das actividades de enriquecimento curricular e das modalidades de apoio disponíveis, bem como dos critérios de avaliação aprovados para as diferentes disciplinas.

Na distribuição do serviço docente, foi definido que o professor dinamizador da Área de Projecto, no 12.º ano, seria, de preferência, o que leccionasse uma disciplina da Formação Específica, facilitando a coordenação das actividades transversais do currículo. No entanto, os comentários tecidos sobre aquela área, por parte dos alunos, revelam desconhecimento sobre a sua utilidade, pois não a entendem como factor de mobilização e de integração dos conhecimentos adquiridos. É notória a necessidade de um planeamento concertado da Área de Projecto, de forma a permitir que os trabalhos desenvolvidos vão ao encontro das expectativas de professores e de alunos.

O pessoal não docente e a generalidade da população escolar manifestaram desconhecer a existência e a utilidade dos documentos estruturantes da Escola. Só alguns sabiam que a página da Escola, na internet, continha informação sobre os mesmos, o que revela pouca eficácia na comunicação com a comunidade.

O Estudo Acompanhado, no 3.º CEB, é leccionado por professores das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, constituindo-se para esta última um reforço do tempo utilizado para o Plano de Acção da Matemática. De uma forma geral, verificou-se haver satisfação de pais e de alunos quanto aos horários das turmas, em concreto no que diz respeito ao ensino articulado com o Conservatório local.

3.2 Gestão dos recursos humanos

O Projecto Curricular de Escola contempla os critérios gerais de distribuição do serviço docente, assentes, na sua globalidade, na continuidade pedagógica das equipas de professores e na optimização dos espaços físicos. Para a distribuição de serviço ao pessoal auxiliar, o Conselho Executivo convoca uma reunião, no início do ano lectivo, com o encarregado de pessoal, responsável pela definição das áreas funcionais e pelas tarefas a concretizar. Nos SAE, os funcionários são distribuídos pelas várias áreas específicas, em conformidade com os respectivos perfis e experiências profissionais. O acompanhamento do trabalho nos vários serviços é garantido pelo encarregado do pessoal Auxiliar de Acção Educativa e pelo chefe de Serviços de Administração Escolar. Esta área constitui um sector, para o qual foi referenciada a importância do investimento na qualidade da informação e na rentabilização das novas tecnologias, de modo a tornar mais eficiente a prestação do serviço, face às solicitações dos alunos.

Para além do CFAE não dar resposta, de um modo geral, às necessidades de formação dos profissionais da Escola, o pessoal não docente não tem sido auscultado sobre quais as matérias que desejam e necessitam ver tratadas para a melhoria do seu desempenho profissional. Há um plano de formação, construído com base na recolha de dados, nos departamentos, com actividades da responsabilidade da Escola e do CFAE. Do mesmo e para o pessoal não docente, apenas consta uma acção subordinada à temática “Educar para a Saúde”. Embora não exista um plano definido para a integração de novos professores, o Conselho Executivo, os coordenadores de departamento e os docentes dos grupos disciplinares procedem a esse acolhimento e enquadramento na vida da Escola.

De referir que são desenvolvidas algumas actividades que facilitam o convívio entre os vários profissionais, como jantares de confraternização e actividades desportivas, de que são exemplo os passeios pedestres mensais.

3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

É ao nível das instalações escolares que se colocam os maiores constrangimentos da Escola. Dos espaços existentes, são assinalados como deficitários a área destinada aos alunos, algumas salas de aula e as instalações desportivas,

constituídas por um pequeno ginásio e por campos exteriores, com pisos abrasivos. A inexistência de refeitório obriga os utentes a deslocarem-se ao domicílio, a recorrer a estabelecimentos de restauração da zona e à Escola Secundária Diogo de Gouveia, cuja oferta não é satisfatória.

Dada a exiguidade do número de salas de aula, a maior afluência de alunos, no presente ano lectivo, em resultado da abertura de turmas de cursos profissionais, veio agravar as condições existentes, com reflexos na impossibilidade de desdobrar as turmas, nas disciplinas da componente de formação técnica daqueles cursos. Foram apontados, ainda, como aspectos menos positivos, a insuficiência de computadores e de programas adequados aos alunos, a ausência de uma sala de estudo permanente e o desactualizado acervo bibliográfico da Biblioteca Escolar (BE/CRE). Este espaço não reúne as condições necessárias para que os alunos do ensino diurno usufruam dele, em consequência não só do barulho, nos intervalos, mas também do horário de funcionamento (encerra às sextas-feiras à tarde e, nos restantes dias, às 16h00m).

Porque as verbas por rubrica já estão orçamentadas e a Escola espera a renovação e a construção de novos espaços, a Assembleia não aprovou linhas de orientação para a elaboração da proposta de orçamento, limitando-se a recomendar, de uma forma genérica, a aquisição do material de uso corrente, necessário aos cursos em funcionamento. O inadequado estado dos espaços e dos equipamentos condiciona a sua rentabilização, através de aluguer, o que diminui as possibilidades de angariação de verbas. A apresentação de candidaturas ao PRODEP assegura os fundos indispensáveis às despesas correntes. Esse montante, em conjunto com as verbas de receitas próprias, equivale a cerca de 75% do valor global do Orçamento Geral do Estado, que, em 2007, contabilizou 100 950 €.

3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

A participação dos pais e encarregados de educação é mais significativa no 3.º CEB, diminuindo gradativamente à medida que os alunos progridem no Ensino Secundário. No início do ano lectivo, é promovida uma reunião magna, que mobiliza um número significativo de EE. Esta recepção permite ao Órgão de Gestão apresentar algumas actividades em que os alunos estão envolvidos e dar a conhecer as normas de convivência e as que regulam os diferentes serviços disponíveis. No entanto, a ligação dos EE à Escola ocorre, essencialmente, através dos Directores de Turma, que manifestam grande disponibilidade no atendimento presencial, por telefone ou, mesmo por correio electrónico, o que aumenta a facilidade de contacto. Contudo, as trocas de informação incidem mais sobre o percurso educativo de cada aluno e não tanto sobre a vida escolar. Alguns EE entrevistados revelaram desconhecer documentos importantes do funcionamento organizacional.

A direcção da APEE, cuja recente revitalização foi da iniciativa do Conselho Executivo, tem condições para desempenhar um papel preponderante na mobilização e na dinamização dos EE, representados, de forma efectiva, na Assembleia e no Conselho Pedagógico, onde são informados e auscultados a propósito da organização escolar. Diversas entidades colaboram com a Escola, algumas das quais com assento e intervenção activa na Assembleia, como a Polícia de Segurança Pública (Escola Segura), a Câmara Municipal e o Centro de Saúde de Beja.

3.5 Equidade e justiça

O Projecto Educativo preconiza, nas suas linhas de acção, a integração dos alunos com NEE e com percursos diferenciados e a (re)integração de adultos que abandonaram, precocemente, a escolaridade. Para a concretização desses objectivos, são salientadas a valorização da ética profissional, a promoção das relações interpessoais, os apoios prestados e a corresponsabilização das famílias, no sucesso dos alunos. Por conhecer o contexto social e cultural da sua população escolar, oriunda, em grande parte, do meio rural, a Escola tem consciência de que deve continuar a adaptar-se e a melhorar as relações entre os professores e os EE.

É o único estabelecimento do concelho que acolhe alunos do Ensino Secundário com NEE de carácter prolongado, sendo por isso referenciado, por parte da comunidade, pelo bom serviço prestado à cidade e às zonas limítrofes, no apoio a jovens, em risco de exclusão social. Uma das linhas de acção da gestão prende-se com a permanente definição e reformulação de estratégias de inclusão sócioescolar dos grupos populacionais minoritários.

4. Liderança

4.1 Visão e estratégia

A Escola orienta a sua acção a partir dos pressupostos e dos objectivos que presidiram à elaboração do actual Projecto Educativo. É evidente a preocupação em subordinar as decisões às metas e às prioridades estabelecidas pelo Conselho Executivo e pelo Conselho Pedagógico, em função do conhecimento que detêm da realidade social, económica e cultural do meio. A estrutura organizacional é suportada por uma gestão eficaz, responsabilizadora e motivadora dos diferentes níveis de decisão.

Sendo valorizado por todos o bom desempenho dos Directores de Turma, é-lhes, no entanto, apontada uma menor eficiência na gestão e na coordenação das áreas curriculares não disciplinares, em sede de conselho de turma, visto não garantirem práticas de interdisciplinaridade e uma articulação curricular mais eficaz. No presente ano lectivo, o Conselho Pedagógico considerou necessário incrementar mecanismos de supervisão e de responsabilização dos delegados de grupo e dos coordenadores de departamento, no planeamento, na avaliação, na coordenação das tarefas individuais e na discussão e aplicação de estratégias na sala de aula.

A diversificação da oferta educativa pretende satisfazer as expectativas da população escolar e do meio, contribuir para a prevenção do abandono e para a motivação dos alunos, sem vocação para o prosseguimento de estudos, permitindo-lhes concluir o Ensino Secundário, com certificação de competências, num domínio profissionalizante. A Escola tem sido uma referência na formação de adultos, proporcionando diversas opções, estabelecidas, de acordo com os seus recursos humanos e materiais e com as necessidades do meio. São exemplos: o Curso Profissional de Técnico de Manutenção Industrial/Aeronaves e o CEF de Práticas Administrativas, com sucesso académico e com diminutas taxas de absentismo e de abandono.

A transmissão interna da informação fica, segundo os entrevistados, aquém do desejado, tendo sido relevado que os canais de comunicação não são os mais eficazes, apesar de existir alguma adesão, ainda que incipiente e pouco articulada, às novas TIC, nomeadamente ao correio electrónico e à plataforma Moodle.

A Escola, interessada em dotar-se com a Certificação de Qualidade e em assumir um papel na oferta educativa de índole profissional, proporcionando às empresas locais mão-de-obra e técnicos qualificados, traça um desígnio de futuro.

4.2 Motivação e empenho

A boa interacção entre os elementos da comunidade escolar é favorável ao clima de trabalho e às aprendizagens. Para isso converge uma liderança democrática e partilhada, sobretudo ao nível do Conselho Executivo, o que possibilita uma efectiva delegação de competências e valoriza, implicitamente, a intervenção dos diferentes profissionais. No presente ano lectivo, foram divulgados documentos - “Balanço do lançamento do ano” e as “Recomendações” -, elaborados pelo Conselho Pedagógico, que visam reforçar as dinâmicas e o empenho das várias estruturas. Os níveis de absentismo do pessoal docente e não docente são pouco expressivos. A motivação e o espírito de colaboração dos professores têm contribuído para reduzir o desinteresse de alguns alunos pela vida escolar. No ano lectivo transacto, foram atribuídas 16 bolsas de mérito a alunos subsidiados pela ASE, como reconhecimento pelo seu desempenho.

Vão ser criadas, no presente ano, por via de um subsídio, atribuído pela Caixa de Crédito Agrícola, de Beja, distinções para aos alunos que, manifestamente e de acordo com o Conselho Pedagógico, demonstrem mérito na sua actuação pessoal e desempenho académico.

4.3 Abertura à inovação

A implementação do CNO tem sido factor de dinamização de áreas formativas, no campo da educação de adultos, graças ao processo de reconhecimento e certificação das competências. A necessidade de realizar obras para a renovação e para a construção de espaços condiciona a utilização de alguns equipamentos, como o quadro electrónico, e atrasa o investimento em recursos informáticos, tendo em conta que, presentemente, se encontram desactualizados. Acresce que, à excepção das salas TIC, o número de computadores é escasso, face aos potenciais utilizadores. Os projectores multimédia, muito requisitados, são identificados por alunos e professores como equipamentos de suporte a uma metodologia de trabalho inovadora. É através das TIC, de que são exemplos a página web, ainda em fase de divulgação, assim como o cartão electrónico e a plataforma Moodle, que se pretende agilizar a comunicação e permitir uma maior interacção entre professores, alunos e EE. Regista-se a candidatura ao Programa Sócrates — Grundtvig 2 - Parcerias de Aprendizagem, como resposta às necessidades formativas da generalidade da comunidade escolar. Dado o passado da Escola e a sua implantação no contexto local, os interlocutores consideram que deveria existir um compromisso, mais consistente e abrangente, com os parceiros locais, promovendo a comunicação externa e acolhendo novas oportunidades e propostas.

4.4 Parcerias, protocolos e projectos

A Câmara Municipal de Beja, o Centro de Saúde e o Hospital Distrital são os parceiros privilegiados na concretização de eventos e actividades. A autarquia tem apoiado os transportes escolares, o que, embora de forma insuficiente, facilita a deslocação dos alunos. Tem, também, contribuído, para a qualidade e o enriquecimento da resposta educativa, proporcionando a realização de estágios a alunos dos cursos profissionais e CEF. É sintomático da boa articulação com a comunidade local o envolvimento com entidades culturais e a cooperação com instituições sociais na resolução de problemas e na dinamização de acções. A Escola participa em alguns projectos, nacionais e internacionais, de intercâmbio cultural e educativo, destacando-se: o “Programa Sócrates/Comenius” e os projectos “Educação para a

Saúde”, “Ciência Viva”, “Otes” — Observatório do Trajecto dos Estudantes do Ensino Secundário — e “Ler Mais”. No âmbito do CEF é dinamizada a “Criação de Empresas Virtuais”, sendo, por outro lado, promovidas várias iniciativas de inter-relação com o meio, enquadradas pelos currículos dos cursos profissionais, de entre as quais sobressai a participação na Ovibeja e na “Mostra” organizada pela Câmara Municipal, para apresentação dos trabalhos produzidos no concelho, ao nível da Área de Projecto.

Para a concretização dos estágios dos CEF e das áreas tecnológica e profissional, existe, igualmente, cooperação entre a Escola e as empresas da região, que têm vindo a reconhecer que os alunos evidenciam interesse e denotam conhecimentos teóricos consolidados, de modo a integrarem-se, com facilidade, na vida profissional.

5. Capacidade de auto-regulação e melhoria da Escola

5.1 Auto-avaliação

A auto-avaliação da Escola tem-se restringido à análise dos resultados escolares, por período lectivo, e ao grau de cumprimento das planificações. Essa reflexão não contribuiu, por ora e de forma evidente, para a melhoria das aprendizagens dos alunos, uma vez que não implicou a criação de planos de melhoria, mesmo para as disciplinas em que se registam resultados menos favoráveis. Para a elaboração do Projecto Educativo, foram também recolhidos dados sobre os níveis de satisfação da comunidade educativa, no tocante a vários campos da organização, o que permitiu a caracterização da Escola e a identificação de pontos fortes e fracos, para além da definição de metas. Refira-se que do actual PAA constam muitas actividades, cuja avaliação não se encontra prevista, não obstante existir uma matriz final para a produção dos relatórios. Independentemente do trabalho já realizado, o Conselho Executivo dinamizou um processo autónomo de avaliação do seu desempenho, com a aplicação de um inquérito por questionário aos professores, concedendo uma outra dinâmica ao processo de auto-avaliação.

Tendo como objectivo transformar a auto-avaliação num processo estruturado e formal, foi constituída uma equipa que escolheu um modelo de intervenção, definiu a abordagem de um domínio de avaliação — “gestão do ensino e de aprendizagem” —, os respectivos indicadores de execução e assumiu, como fontes de recolha de dados, questionários, pautas, actas e relatórios finais, entre outras. Resultou daí um relatório, divulgado de forma muito discreta e restrita, limitando a eficácia e o impacto das recomendações apresentadas. Esta equipa construiu, igualmente, um conjunto de instrumentos de recolha sistemática de informação, suporte do futuro Observatório de Qualidade.

5.2 Sustentabilidade do progresso

A Escola possui recursos humanos que se caracterizam pela sua estabilidade profissional e motivação, o que, tendo em conta a acção do Conselho Executivo, proporciona um clima interno de qualidade, garante de um progresso sustentado. O conhecimento dos seus pontos fortes e fracos pode constituir um meio para a implementação de processos de autonomia e de melhoria, a nível organizacional. Outros aspectos a relevar são as estratégias para a integração dos alunos com NEE, de encontro às suas especificidades e necessidades, assim como o acolhimento das turmas do 3.º CEB, consideradas pela Escola como uma mais-valia para a sua sustentação e para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, com reflexos no sucesso educativo dos alunos.

V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da Escola (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- A relação entre alunos/professores/funcionários, promotora de um bom ambiente de trabalho e favorável ao sucesso escolar dos alunos.
- A estabilidade e a experiência do corpo docente, garantes da prestação de um serviço educativo de qualidade, reconhecido pela comunidade educativa.

- A liderança, a determinação e a dinâmica do Conselho Executivo e do Conselho Pedagógico, incentivando o envolvimento, o empenho e a motivação dos professores e dos funcionários e responsabilizando as estruturas intermédias pela concretização das metas traçadas no Projecto Educativo.
- A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais e a (re)integração de adultos, que abandonaram precocemente a escolaridade, impulsionando a dimensão socioeducativa da Escola e reflectindo-se nas dinâmicas internas, socialmente reconhecidas.

Pontos fracos

- A carência de formação mais específica, orientada para professores e, sobretudo, para o pessoal não docente, enquanto constrangimento das potencialidades de desenvolvimento profissional.
- A ausência de processos consolidados de auto-avaliação, condicionando a recolha de informação sistemática e a definição de estratégias sustentadas, na melhoria das práticas lectivas e do consequente sucesso académico.
- A inexistência de supervisão e de acompanhamento da prática lectiva, em contexto de sala de aula, não fomentando a reflexão sobre as metodologias e sobre os processos de ensino, numa perspectiva de melhoria das aprendizagens.
- A divulgação da informação, dificultando, em parte, a comunicação interna, constituindo um entrave ao desenvolvimento de outras interacções com o exterior.

Oportunidades

- O incremento de parcerias com entidades da comunidade local, favorável não só à continuidade da oferta educativa, mas também à melhoria dos recursos físicos e do serviço prestado pela Escola, assim como à dinamização de projectos diversificados, que correspondam aos efectivos interesses dos alunos.

Constrangimentos

- A diminuta participação dos pais e encarregados de educação, com a regularidade e a intencionalidade desejáveis, com limitação no envolvimento e na co-responsabilização no processo de ensino dos educandos.
- A inexistência de SPO e de um núcleo de apoio educativo, estruturalmente, organizado e estável, afectando a resposta que a Escola deve garantir nestas áreas.
- O estado deteriorado de parte do edifício escolar, a existência de instalações sem condições adequadas para os fins a que se destinam e a ausência de equipamentos necessários às necessidades da comunidade escolar, influenciando a prestação de um serviço de qualidade.

Em função do contraditório apresentado pela Escola, este relatório foi alterado:

- Na página 3, capítulo III, *Conclusões da avaliação por domínio, 1. Resultados* (2.º parágrafo) - onde constava *No caso do Ensino Secundário, as médias obtidas nos exames, nas disciplinas de Português (cód. 639) e de Matemática (cód. 635), apresentam-se inferiores às nacionais, com diferenças que oscilam entre 0,4 valores, no primeiro caso, e 1,8 valores, em Matemática. Para estes desvios (...), passou a constar No caso do Ensino Secundário, a média obtida no exame de Português (cód. 639), em 2007, considerando as duas fases e segundo dados fornecidos pela Escola, foi de 11,1 valores, resultado semelhante ao nacional, de 11,3 valores. Quanto à Matemática (cód. 635), tendo como referência o mesmo ano e as duas fases de realização das provas de exame, a média da Escola é inferior à nacional (9,0 para 10,6 valores). Para este desvio (...).*
- Na página 6, capítulo IV, *Avaliação por factor, 1.1 Resultados académicos* (3.º parágrafo) - onde constava *Considerando as médias dos exames nacionais, constata-se que, em 2007, na disciplina de Português (cód. 639), a classificação interna final (CIF) foi de 11,7 valores, enquanto a classificação de exame foi de 10,9, inferior à média nacional, de 11,3 valores. No caso da Matemática (cód. 635), a CIF foi de 11,4 valores e a média das classificações no exame foi de 8,8, inferior à nacional, de 10,6, passou a constar Considerando as médias dos exames nacionais, segundo dados fornecidos pela Escola, constata-se que, em 2007, na disciplina de Português (cód. 639), a classificação interna de frequência (CIF) foi de 11,7 valores, enquanto a média das classificações de exame foi de 11,1, semelhante à média nacional, de 11,3 valores. No caso da Matemática (cód. 635), a CIF foi de 11,4 valores e a média das classificações no exame foi de 9,0, inferior à nacional, de 10,6.*